

Sessão de Esclarecimentos e Tomada de Posição sobre os CRI

23 de Setembro, 11:00 horas, Fórum Lisboa

1

Elementos presentes na mesa:

CONFAP - José Gonçalves

FAPPC - Abílio Cunha

Fenacerci- Rogério Cação

FPDA - Isabel Cottinelli

Humanitas - Luís Correia

Unicrisano - Pedro Santos

Informação por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) dos CRI

1. Unanimidade face ao manifesto entre organizações das várias áreas da deficiência;
2. Organizações não foram informadas sobre as medidas nem receberam resposta face às mesmas por parte do MEC, desde a reunião da CAA de 8 maio.
3. Análise do Decreto-Lei n.º 3-2008, de 7 de janeiro, e do incumprimento do mesmo face à insustentabilidade do projeto e ausência de normativas para o funcionamento dos CRI.
4. O que está em causa é a Educação Inclusiva!

Missão da CAA

- Monitorizar o funcionamento global dos CRI;
- Pronunciar-se sobre orientações políticas do sistema;
- Propor critérios de funcionamento e financiamento;
- Informar.



Constatou-se que:

- Nenhuma das decisões tomadas, na reunião da CAA de 8 de maio, foram tidas em consideração;
- As Federações pertencentes à CAA não foram consultadas para a preparação dos Planos de Ação (PA).

2

Avaliação Externa

1. CRI como pilar fundamental da escola inclusiva, obtendo-se resultados claramente positivos face ao desenvolvimento dos alunos e identificou-se, como principal fragilidade, ***o reduzido tempo de apoio***, o que coloca em causa a operacionalização do modelo inclusivo;
2. Apoio indireto às famílias/docentes e a transição para a vida pós-escolar foram os aspetos referidos como os menos conseguidos remetendo-se, uma vez mais, para a menor consolidação do apoio indireto e do trabalho nos contextos de vida do aluno;
3. Mais limitações prendem-se com aprovação tardia dos PA; desvio entre alunos sinalizados e aprovados; falta de continuidade do projeto e das respetivas equipas;
4. Desconhecimento dos critérios de aprovação dos apoios para a lista de alunos sinalizados.

Recomendações

1. Universalidade da educação - Apoio a todos os alunos com NEE que necessitam;
2. Transparência e legibilidade dos critérios de decisão;
3. Repensar a elegibilidade de custos envolvidos – transportes e coordenação;
4. Considerar apoio indireto – escola, família e comunidade;
5. Recursos financeiros para rentabilização destes mesmos recursos.

Posição da Comissão de Acompanhamento, aprovada na reunião do dia 8 de maio:

1. Rejeição dos apoios de 30 minutos;
2. Admissão de um rácio de aferição mediante confirmação científica (2%? – carece de investigação);
3. Plurianualidade dos apoios;
4. Considerar custos logísticos (transportes, coordenação e outros);
5. Reforço no apoio aos Planos Individuais de Transição (PIT);
6. Estabelecer número máximo de alunos/técnico;
7. Adoção de um custo referencial médio por aluno de 800€, face aos 458€ propostos pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC).

3

Resultado Atual

1. Situação igual ou pior que em anos anteriores;
2. Atraso na aprovação dos PA;
3. Total ausência de informação por parte do MEC às organizações;
4. Total ausência de critérios para a aprovação dos apoios;
5. Manutenção dos apoios de 30 minutos;
6. Técnicos com 78 alunos/semana;
7. Custos logísticos sem cobertura ou cobertura nitidamente insuficiente;
8. Decisões sobre o número e tipo de apoio são, no mínimo, discutíveis.

Perante isto... O que foi feito?

- Reunião entre todas organizações;
- Suspensão da sua participação na CAA até audiência com o Secretário de Estado;
- Telegrama enviado ao Secretário Estado e Diretores-Gerais para apresentação destes dados;
- Pedido formal para reunião ao Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário;

- Nota de imprensa para comunicação social, pais, encarregados de educação, professores e instituições;
- **Reunião 23.9.2015.**

Após a exposição do Prof. Rogério Cação, deu-se a palavra aos representantes das organizações que constituem a CAA:

4

FAPPC

Apresentou os dados das suas associadas, comprovando os resultados encontrados pela FENACERCI.

Referiu o incumprimento do art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual reconhece o direito à educação, com vista ao exercício sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades em todos os níveis de aprendizagem, desde o Jardim de Infância até ao Ensino Superior.

Reforçou a necessidade de repensar os PIT e tornar as Unidades de Apoio Especializado para a Educação a Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita (UAEEAMSC) num modelo mais inclusivo perante as turmas e da comunidade escolar, promovendo uma educação inclusiva.

FPDA

Representa 12 associações com cobertura nacional e, apesar de poucas terem CRI, os alunos com perturbações do espetro do autismo frequentam os CRI de outras organizações.

A FPDA está receptiva a apoiar esta causa para garantir mais apoios com melhor qualidade e apelou ao cumprimento do Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de janeiro, e para se considerar a avaliação externa, no sentido de se implementarem as recomendações apresentadas.

Humanitas

Manifestou descontentamento perante a ausência de comunicação por parte do Ministério da Tutela, levando à suspensão da sua participação na CAA.



Defendeu a proposta e reforçou as medidas que foram acordadas na reunião da CAA, de 8 de maio: apoios no mínimo de 45 minutos, contratos plurianuais e revisão do rácio de 2% através de aferição nacional e internacional.

Propôs a alteração do quadro legislativo que foi acordado para a mudança do modelo CRI.

Unicrisano

Fez uma análise cronológica dos CRI, da qual destacou o aumento a eficácia e eficiência em substituição dos serviços do Estado.

Este ano registaram uma diminuição no número de horas e do financiamento para as deslocações.

Com o atual cenário os PA, estes não podem ser cumpridos e, aquando a avaliação de resultados, não podem acusar os CRI de insucesso face à precariedade dos financiamentos deferidos nos PA.

CONFAP

Questionou a atribuição de números na referenciação em vez de se falar de alunos.

Apelou à junção dos pais para esta causa uma vez que, além de serem a "matéria-prima", são eles que representam o voto para a mudança política.

DEBATE

1. Encarregado de Educação (Mãe de aluno com 18 anos, sócia da APCL, integra os Pais em Rede)

Registou uma evolução na integração do seu filho no ensino, em detrimento da ideia que tinha do apoio especializado das instituições.

Referiu que tiveram de ser sempre os pais a lutar e a mobilizar recursos para o filho. Tem o filho integrado em Unidades de Apoio à Multideficiência (UAM), com pouco contacto com a turma, sendo o apoio prestado na sala UAM, a qual carece de recursos (integração VS Inclusão) e saída da escola para apoio na Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa.

Importância de respostas para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) a partir dos 18 anos uma vez que, à medida que o percurso escolar avança, os apoios diminuem e as necessidades mantêm-se.

2. Jorge Rato (Membro da Direção da Cercizimbra – Sesimbra; Professor)

A Cercizimbra integra 8 agrupamentos e apela para a importância de congregar medidas para manter este elo entre organizações e associações/instituições. Alertou para a necessidade de pedir reforço de verba, tal como aconteceu com o ensino artístico. Avançar com um número.

3. Rui Jorge (Membro da Cercica – Cascais; Coordenador e Psicólogo no CRI)

Sente desvalorização gradual dos apoios do CRI ao longo dos 7 anos.

Defende que, a longo prazo, se deve pugnar pela gratuitidade do ensino dos alunos com NEE.

Por fim, refere a importância de definir uma estratégia política, lançando o repto de se realizar um encontro nacional para fazer o levantamento das necessidades efetivas das famílias.

4. Pedro Quintas (Terapeuta no CRI da APPC)

Apresentação dos dados recolhidos pelo grupo de regulamentação (Encontro Nacional CRI) do qual reuniram informação de 11 CRI, da zona norte e centro, verificando os seguintes dados:

	Diferença	%
Nº total de alunos	+ 30 alunos	+16,4%
Nº total de apoios	+ 36 apoios	+ 10,2%
Nº de horas	- 86h30min	- 16,9%
Financiamento	- 11 814,81€	- 6,0%

Identificaram duas medidas imediatas para a operacionalização dos PA: a revisão das listagens de alunos, face ao valor aprovado, e ao que é possível para as instituições suportar; pedido do reforço financeiro ao MEC.

5. Ana Simões (Fenprof)

Estão a fazer um levantamento das condições da contratação dos professores da educação especial.

Consideram que o foco principal é a educação, daí adotarem a expressão de “Educação Inclusiva” em detrimento de “Escola Inclusiva”.

Reforça ainda a união que deve existir entre pais/professores/técnicos (uma só voz), pois o impacto gerado é diferente, do que se enviar ofícios individuais por instituição.

Demonstrou-se disponível para reunião com organizações para concertar estratégias conjuntas.

6. Nuno Oliveira (Pai aluna com 13 anos – Cercica)

Enviou reclamação e diversos artigos para todos organismos políticos, educação e judicial, dos quais não obteve resposta.

Provedor responde dizendo que houve um aumento de verba. A Direção Geral de Educação (DGE) responde remetendo a questão para a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE).

Considera importante pensar em ações judiciais – violação dos tratados, constituição, direitos e deveres da pessoa com deficiência e do direito à educação.

7. Paula Pinto – Investigadora da Universidade de Lisboa

Coordena o grupo de investigação do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, nomeadamente na área das políticas inclusivas. Participam numa rede europeia onde comentam as políticas nacionais adotadas, ao nível da inclusão.

Informa que no próximo relatório, a apresentar em Novembro à Comissão Europeia, irão incluir as preocupações relatadas na Audiência em Março/Abril com a Organização das Nações Unidas e o Governo.

Reforça importância da investigação e mostra-se disponível para colaboração.

8. APPACDM Lisboa

Invoca a necessidade de pedir também responsabilidades à equipa de inspeção das escolas, para a educação especial, uma vez que nos diversos painéis identificam áreas de melhoria mas nada é implementado.

9. José Patrício (pai, professor, dirigente da APCAS e representante da FAPPC na CAA)

Tem uma jovem com NEE que foi para a faculdade e identificou que a educação especial sempre foi o “parente pobre” e o “fim da linha” do MEC, sensibilizando para a inversão desta realidade. Para isso é importante informar as famílias – muitas vezes têm medo de se manifestarem com receio de perder o pouco apoio que têm.

Oportunidade para criar sinergias entre as 5 Federações e respetivas associadas, numa posição comum para defender que com 30 minutos não é possível articular com os Diretores Turma; com os docentes de turma; professores do Ensino Especial; assistentes operacionais; colegas de turma e com o próprio aluno.

10. CNOD

Mencionou a disponibilidade em colaborar com o grupo da CAA e que consideram pertinente levar estas questões ao Fórum Europeu da Deficiência, do qual fazem parte.

11. Prof. Ensino Especial de Carcavelos (apoiada pela Cercica)

Referiu cortes no número de alunos sem qualquer rigor e critério.

Desprezo pela competência técnica dos professores e dos técnicos do CRI, pois essa seleção é feita em conjunto e não é considerada/valorizada.

12. Isabel Monteiro (AE Soure)

Falta de resposta por parte da DGESTE e desprezo por parte desse Ministério face às pessoas com deficiência. Unidas pela causa e dificuldades relatadas.

CONCLUSÕES

1. Questão política – investir politicamente com todos os partidos políticos. Cada Federação deverá fazer chegar, a cada partido político em campanha, as preocupações e propostas de funcionamento, face aos planos aprovados, mais a carta com os resultados da presente reunião;
2. Financiamento – carta a exigir aumento do mesmo, para que todos os apoios sejam considerados. Cada associação deverá enviar um documento com o modo de funcionamento e respetiva justificação, face ao orçamento aprovado até à data;
3. Envolver os vários agentes – famílias/professores/investigadores;
4. Recurso Judicial – a médio e longo prazo;
5. Preocupação com a continuidade do apoio após os 18 anos;
6. Resultados da avaliação externa devem ser postos em prática;
7. Será redigida carta das organizações a exigir que os PA sejam revistos;
8. Promover, com urgência, a disseminação desta informação e a carta às famílias e escolas;
9. Importante trabalho de investigação dos dados nacionais – situação real.